



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

**ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A GESTÃO DE
RECURSOS NATURAIS E A LÓGICA PRODUTIVA IMPLEMENTADA
EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS**

**SANTANA DO IPANEMA - AL
2020**



JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

**ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A GESTÃO DE
RECURSOS NATURAIS E A LÓGICA PRODUTIVA IMPLEMENTADA
EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito para conclusão do curso de Ciências Econômicas e obtenção de título de bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.

**Santana do Ipanema - AL
2020**

**Catálogo na fonte Universidade
Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema**
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

S237a Santos, Janayson Rodrigues dos

Associativismo e desenvolvimento rural : a gestão de recursos naturais e a lógica produtiva implementada em Piaçabuçu, Alagoas / Janayson Rodrigues dos Santos. – 2020.
37 f. : il.

Orientação: Luciano Celso Guerreiro Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 35- 37.

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Piaçabuçu – Al.
I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E A LÓGICA PRODUTIVA IMPLEMENTADA EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS

Monografia submetida à banca examinadora da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de agosto de 2020.

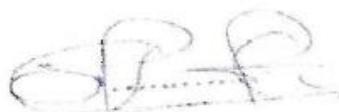
Comissão Examinadora



Professor Doutor Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas (Orientador)



Professor Doutor Rafael de Oliveira Rodrigues, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 1)



Professor Mestre Alcides José de Omena Neto, Campus Sertão – Universidade Federal de Alagoas
(Examinador 2)

DEDICATÓRIA

A Sanielma e Euclides, minha
companheira e meu filho, que sempre
me apoiaram nos momentos mais
decisivos da jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer a todos que participaram comigo, direta e indiretamente, durante o período que estudei na UFAL, e me incentivaram a concretizar estes objetivos. A turma 2013.2 do curso de Ciências Contábeis, curso este que não segui, mas construí laços de amizade, nesta turma que foi a porta de entrada na UFAL.

A todos os docentes do curso de Ciências Econômicas no qual pude construir uma visão econômica da realidade brasileira. Aos docentes Flávio e Menezes no qual tenho simpatia ideológica pelo marxismo. O professor Hérmani pelo seu ímpeto de promover o empreendedorismo. O professor Alcides pelo seu incentivo e companheirismo.

Ao docente Lenivaldo Manoel de Melo, que no início, ainda no curso de Ciências Contábeis, foi uma pessoa que me orientou bastante.

Ao meu orientador, co-orientador, professor Luciano Celso Guerreiro Brandão Barbosa, no qual através de seus ensinamentos pude unir teoria e prática, sobre a visão de desenvolvimento sustentável, interdisciplinar e saber complexo.

A todos os técnicos administrativos da UFAL.

A Universidade Federal de Alagoas, na pessoa do reitor, pelo apoio financeiro para a realização do Projeto PIBIC.

Aos meus amigos do projeto PIBIC, onde foi possível a realização desta pesquisa e como resultado esta monografia.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discorrer sobre o protagonismo do associativismo e do extrativismo para o desenvolvimento rural, sob a ótica da gestão dos recursos naturais e o modelo da lógica produtiva implementada pela Associação Aroeira e Piaçabuçu, Alagoas. Para isso o estudo contou com uma pesquisa de campo na sede da Associação Aroeira, onde foi realizada entrevistas com alguns extrativistas e a aplicação de questionários semiestruturados. A pesquisa bibliográfica foi guiada pelos seguintes conceitos: ALTIERI (2004); LEFF (2001); LIRA (2007); MARTINS (2009); SILVEIRA (2010). Os resultados obtidos demonstraram que a lógica produtiva ligada ao modelo liberal clássico, dentro do meio rural, que prioriza a monocultura em grandes latifúndios, pode ser considerado o principal responsável pela degradação ambiental e pelo desmatamento da Mata Atlântica em mais de 90% do seu tamanho original, a partir disto percebeu-se que a lógica produtiva implementada pela Associação Aroeira tem papel fundamental na conservação dos recursos naturais do bioma Mata Atlântica, pois os extrativistas além de desenvolverem a consciência do manejo correto do recurso natural, a pimenta rosa da planta aroeira, puderam se unir em uma associação valorizar sua mão de obra, agroindustrializar a pimenta rosa para ser comercializada, aumentar sua renda, criando as condições para o desenvolvimento social. Esse formato da lógica produtiva da Associação Aroeira busca atender os anseios da sociedade na medida em que vai de encontro ao desenvolvimento sustentável, buscando conservar a Mata Atlântica para garantir a produtividade da pimenta rosa, promove o crescimento econômico por meio do aumento da renda, e proporciona o desenvolvimento social por meio do trabalho e acesso a novos produtos e serviços.

Palavras-chave: Associação Aroeira; Pimenta Rosa; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The present research aims to discuss the protagonism of associativism and extractivism for rural development, from the point of view of natural resource management and the production logic model implemented by the Aroeira and Piaçabuçu, Alagoas Association. For this the study counted on a field research in the headquarters of the Aroeira Association, where interviews were conducted with some extractivists and the application of semi-structured questionnaires. The bibliographic research was guided by the following concepts: ALTIERI (2004); LEFF (2001); LIRA (2007); MARTINS (2009); SILVEIRA (2010). The results obtained showed that the productive logic linked to the classical liberal model, within the rural, which prioritizes monoculture in large latifundia, can be considered the main responsible for the environmental degradation and the deforestation of the Atlantic Forest in more than 90% of its original size, from this it was noticed that the productive logic implemented by the Aroeira Association plays a fundamental role in the conservation of the natural resources of the Atlantic Forest biome, because the extractivists besides developing the awareness of the correct management of the natural resource, the pink pepper of the aroeira plant, were able to unite in an association to value their workforce, agroindustrialize the pink pepper to be commercialized, increase your income, creating the conditions for social development. This format of the productive logic of the Aroeira Association seeks to meet the aspirations of society insofar as it goes against sustainable development, seeking to conserve the Atlantic Forest to ensure the productivity of the pink pepper, promotes the growth of the economy by increasing income, and provides social development through work and access to new products and services.

Keywords: Aroeira Association; Pink pepper; Sustainable development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figura 1 - Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas.....</u>	24
<u>Figura 2 - Área de extrativismo da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas</u>	27
<u>Figura 3 - Unidade de Beneficiamento da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas</u>	28

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	10
<u>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</u>	13
<u>3. DESENVOLVIMENTO RURAL E EXTRATIVISMO</u>	15
<u>3.1 Breve análise do conceito de desenvolvimento</u>	15
<u>3.2 Desenvolvimento Rural em Alagoas</u>	17
<u>3.3 Extrativismo</u>	21
<u>4. CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO AROEIRA</u>	24
<u>5. LÓGICA PRODUTIVA E A GESTÃO DOS RECURSO NATURAIS: UM FORMATO DE DESENVOLVIMENTO RURAL IMPLEMENTADA PELA ASSOCIAÇÃO AROEIRA</u>	27
<u>5.1 Análise do resultado da pesquisa</u>	29
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	33
<u>REFERÊNCIAS</u>	35

1. INTRODUÇÃO

O estado de Alagoas sempre teve como referência o formato do desenvolvimento rural brasileiro. Nas terras alagoanas a principal atividade econômica agrícola é a monocultura da cana de açúcar, plantada em grandes extensões de terras, tendo como principal objetivo abastecer o mercado internacional.

Estruturado na revolução verde o modelo de desenvolvimento rural que é implementado nos dias atuais foi intensificado a partir da segunda metade do século XX, fundamentado no uso de sementes modificadas; insumos químicos industriais; agrotóxicos; mecanização e uso extensivo de tecnologia: no plantio, na irrigação e na colheita; como também a profissionalização, por meio de empresas, durante o período de produção e gerenciamento.

O formato de desenvolvimento rural que é imposta a sociedade, principalmente pela mídia, está ligada ao agronegócio, no qual o lucro é o balizador deste formato de produção. Este modelo tem se mostrado ineficiente e destrutivo, pois além de destruir os biomas, como a mata atlântica, para a plantação de monocultura em grandes latifúndios, ele proporciona a concentração agrária e de renda, tornando-se um empecilho para um desenvolvimento econômico, equidade social e a conservação ambiental.

Em Piaçabuçu, município situado ao Sul do estado de Alagoas na divisa com o estado de Sergipe, com uma economia a base do setor turístico, da pesca, e de atividades comerciais e agropecuárias, a Associação Aroeira, vem promovendo um avanço social e econômico para algumas famílias deste município.

Desenvolvida através da parceria dos catadores da pimenta rosa da planta aroeira e o Instituto Ecoengenho, com patrocínio da prefeitura municipal e do governo federal através da Petrobras, a Associação Aroeira teve início com o projeto aroeira em 2010, com o cadastro de quase 500 extrativistas de comunidades do baixo São Francisco entre Alagoas e Sergipe, e atualmente conta com 93 associados.

Antes da Associação Aroeira a lógica produtiva adotada pelos extrativistas era guiada pela forma mais primitiva de comercialização, a concorrência, onde cada pessoa coletava individualmente o máximo que podia da pimenta rosa, e depois

procurava vender o mais rápido possível. Dessa forma, a pimenta rosa era vendida sem agregação de valor, e o produto era adquirido por atravessadores que ficavam com a maior parte do lucro.

O extrativismo é uma forma rentável e sustentável de extrair os recursos naturais, e em alguns casos transformá-los, para o consumo humano. Ele é considerado a primeira forma de interação do homem (primitivo) com a natureza, sendo uma forma ecologicamente correta de interagir com os recursos naturais. Este formato de produção sempre foi utilizado como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, e pode servi, em alguns casos, como referência para o desenvolvimento rural.

A lógica do modelo de produção desenvolvido na Associação Aroeira está em consonância com o modelo produtivo que tem como base o ecodesenvolvimento, onde engloba a conservação do ambiente, o desenvolvimento social e o crescimento econômico com distribuição de renda. Este modelo vem ganhando força na contemporaneidade como um formato de substituição ao modelo clássico, que tem como principal único pilar o crescimento econômico.

Com um recurso natural, como é o caso da pimenta rosa da planta aroeira, mostra-se que é possível promover o desenvolvimento econômico e social ecologicamente correto, em municípios pobres como é o caso de Piaçabuçu, Alagoas, pode-se deduzir as possibilidades que existem diante da imensidão e da diversidade de recursos naturais existentes na Mata Atlântica alagoana, local no qual é possível encontrar outros recursos que possibilite bem-estar a outras famílias, assim como, foi observado na Associação Aroeira.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como é organizada a lógica produtiva socioeconômica adotada pelos extrativistas da Associação Aroeira. Por meio dos objetivos específicos: Caracterizar a Associação Aroeira, apresentando um breve histórico do seu processo de constituição; Avaliar qual o papel da gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento da Associação Aroeira; Discorrer sobre a lógica produtiva adotada pela Associação Aroeira, observando o papel da biodiversidade (recursos naturais) para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, bem como, para a diversificação produtiva, caso haja.

A pesquisa esta organizada, além desta introdução, em quatro capítulos. Logo no primeiro capítulo estão apresentados os procedimentos metodológicos

utilizados no decorrer da pesquisa. No segundo capítulo é tratado brevemente de temáticas relacionadas a desenvolvimento e sua modalidade no espaço rural, juntamente com a noção de extrativismo. No terceiro capítulo mostra-se uma resumida análise da Associação Aroeira e sua constituição. No quarto capítulo é apresentada noções da lógica produtiva desenvolvida na Associação Aroeira e sua relação na gestão dos recursos naturais juntamente com o resultado da pesquisa. Nas considerações finais é apontado as conclusões da pesquisa a partir do que foi observado no estudo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa deverá apresentar um estudo exploratório com a intenção de entender, de forma introdutória, como se constrói a lógica produtiva socioeconômica da Associação Aroeira e qual a função da gestão dos recursos naturais neste processo de construção.

Este estudo é o resultado da conclusão do Projeto de Pesquisa PIBIC, que foi executado entre o mês de julho de 2017 e agosto de 2018. Como objeto de estudo tem-se a Associação Aroeira, a qual detém sua sede localizada na zona rural do município de Piaçabuçu, em Alagoas.

Para a execução desta pesquisa foi realizada uma ampla revisão de literatura (pesquisas bibliográficas) sobre a temática proposta; e pesquisa de campo com realização de entrevistas com os Diretores e membros da Associação Aroeira. No que se refere à revisão de literatura busca-se construir um referencial teórico e analítico acerca de como as práticas produtivas alicerçadas na gestão dos recursos naturais.

A pesquisa de campo ocorreu em dezembro de 2017, por meio de observações e visita a sede da Associação Aroeira e aplicação de questionários semiestruturados aos Diretores e membros da Associação Aroeira, cujo objetivo foi o de analisar a lógica produtiva socioeconômica utilizada pela Associação, bem como, observar o papel da gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento do sistema socioprodutivo. Também foram realizados registros fotográficos da biodiversidade existente no local de estudo e nos sistemas de produção que serão visitados.

Os questionários semiestruturados buscaram levantar informações sobre: O processo de constituição da Associação Aroeira; A lógica produtiva adotada pela Associação Aroeira, observando o papel da biodiversidade (recursos naturais) para do desenvolvimento dos sistemas produtivos, bem como, para a diversificação produtiva, caso haja; O papel da gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento da Associação Aroeira e para os associados e extrativistas cadastrados.

As informações obtidas através das entrevistas foram gravadas e transcritas as falas dos diretores da associação, no qual passaram por uma análise e serviram

de base para o resultado da pesquisa. Ao final das ações observou-se que prepondera na pesquisa o caráter qualitativo. passaram pelo processo de transcrição e análise das falas, evidenciando as informações mais importantes para a discussão dos resultados.

Portanto, a partir da execução deste projeto de pesquisa buscou-se entender a importância da gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento do ambiente rural no município de Piaçabuçu no território alagoano, tendo como matriz de análise a lógica produtiva socioeconômica adotada pela Associação Aroeira.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL E EXTRATIVISMO

Um dos principais desafios existentes na atualidade está na construção de um formato de desenvolvimento que englobe as esferas: econômica, social, cultural e ambiental, tendo como principal pilar o viés da sustentabilidade. A principal análise sobre o modelo de desenvolvimento pode ser guiada pela forma como são utilizados os bens naturais da atualidade, proporcionando satisfação e qualidade de vida para a geração atual, sem comprometer as necessidades e a qualidade de vida das gerações vindouras.

Partindo desta análise, observa-se o tamanho da importância que o âmbito rural carrega consigo dentro de uma perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável, não só pelo viés do fornecimento de alimento, como também da conservação/preservação dos bens naturais. Atenta-se também para o modelo de desenvolvimento rural que está sendo praticado, e principalmente para a análise política que é feita sobre as consequências deste modelo.

Sobre o assunto Kageyama (2008, p. 52) afirma que: O desenvolvimento rural, por sua vez, não é identificado com crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão política institucional e dimensão ambiental.

3.1 Breve análise do conceito de desenvolvimento

Alguns modelos de desenvolvimento influenciam nos comportamentos sociais e atualmente vigoram na sociedade, dentre eles podemos citar o formato de desenvolvimento que é alcançado pelo o crescimento econômico traz consigo o desenvolvimento social, e está estruturada no crescimento da renda, PIB e atuação das forças de mercado de cada nação (SMITH, 2007).

Se durante a “Era de Ouro” do capitalismo mundial não era possível fazer uma distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, aos poucos foi ficando cada vez mais claro que o crescimento econômico pode não só contribuir para que o conjunto da sociedade alcance uma situação de bem estar, como pode mesmo contribuir para que cresça a desigualdade entre ricos e pobres, gerando sérios problemas de coesão social (FAVARETO, 2007, p. 50).

Outro formato de desenvolvimento está ligado à atuação do Estado. Neste sentido há a visão na qual o Estado deve ser o único e principal provedor do desenvolvimento, como é o caso do modelo desenvolvido nos países socialistas que seguem as ideias marxistas. Como também há análise onde o Estado deve ser o indutor do desenvolvimento buscando articular os interesses existentes entre a sociedade e o mercado, essa visão está fundamentada nas ideias de Keynes.

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou havia começado. Toda via foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobre a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação (VEIGA, 2010, p. 18-19).

Contudo, diante da evolução dos tempos e da complexificação da vida em sociedade, observa-se que tratar conceitualmente do modelo de desenvolvimento praticado na sociedade requer compreender uma a sincronia entre público e privado, urbano e rural. Atentando-se para o fato de estar-se num momento da história em que a população, nos próximos trintas anos, poderá passar de sete para nove bilhões de habitantes (FAO, 2017), principalmente, com uma quantidade de bens naturais escassos para produzir os produtos e serviços necessários para a vida em sociedade das gerações futuras.

[...] o debate acerca do desenvolvimento não deve estar centrado na busca incessante por crescimento econômico ou na construção de processos que apenas vislumbrem os fundamentos trazidos pela racionalidade instrumental. Mas o desenvolvimento deve ser pensado e estruturado a partir de um processo que contemple a diversidade de lógicas reprodutivas, de modos de vida e das demandas materiais e imateriais, proporcionando, desta maneira, a capacidade dos indivíduos se tornarem atores livres e ativos na construção de seus projetos devida e processos de desenvolvimento (BARBOSA, 2013, p. 85-86).

Na realidade brasileira o formato de desenvolvimento que é praticado tem uma forte influência das ações que advém do âmbito rural. Desde o período do Brasil colônia os produtos agropecuários direcionaram o formato de desenvolvimento rural, principalmente pelos produtos que são direcionados para o mercado internacional, fazendo surgir assim o agronegócio.

Para buscar entender o formato de desenvolvimento rural envolvendo o caso brasileiro se faz necessário também compreender o modelo de desenvolvimento territorial. Caio Prado Júnior citado por Kageyama mostra que:

[...] a primeira unidade regional, e historicamente a mais importante, na formação do território brasileiro, foi a faixa costeira, onde se desenvolveria a agricultura tropical que serviria de base econômica e ponto de irradiação da colonização. A bacia econômica e o interior nordestino semiárido só mais tarde seriam incorporados à colonização (2008, p. 85).

O formato de desenvolvimento rural brasileiro sempre esteve apoiado no desmatamento dos biomas para plantações de monoculturas, no intuito de produzir alimentos, principalmente para a exportação. Esse modelo de produção, ainda hoje ocasiona degradação ambiental com o desaparecimento da grande maioria das espécies que compõe a biodiversidade.

3.2 Desenvolvimento Rural em Alagoas

A estrutura do modelo de desenvolvimento rural de Alagoas, sempre teve como referência, o formato de desenvolvimento rural brasileiro. No início, período da colonização, a principal ação foi à extração dos recursos naturais, nesse caso o pau Brasil, e logo após o cultivo de monoculturas relacionadas a extensas áreas de terra, visando uma alta produção para ser comercializado no exterior.

Baseado na revolução verde, o modelo de desenvolvimento rural que é implementado nos dias atuais foi intensificado a partir da década 1960 e 1970, fundamentado no uso de sementes modificadas; insumos químicos industriais; agrotóxicos; mecanização e uso extensivo de tecnologia: no plantio, na irrigação e na colheita; como também a profissionalização, por meio de empresas, durante o período de produção e gerenciamento.

Esse formato proporcionou um grande aumento na produção de alimentos, buscando atender as necessidades do mercado que tinha como pressuposto uma visão mundial de segurança alimentar. Sob uma perspectiva do aumento na produção o modelo relacionado à revolução verde logrou êxito, mas como contrapartida trouxe danos irreversíveis provocados à natureza, pois utilizavam práticas que usava de forma desorganizada os recursos naturais, como se os mesmo fossem infinitos.

Os avanços tecnológicos ligados à revolução verde foram difundidos e começaram a ser utilizados em grande escala, chegando até aos médios e pequenos agricultores, tornando-se uma referência para se chegar ao aumento na produção. Mas com o passar do tempo, essa forma de produção, também expôs os riscos ao meio ambiente com o aumento da degradação ambiental. “A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade” (REDCLIFT; GOODMAN, 1991, *apud* ALTIERI, 2004, p. 19).

Percebe-se que gerações e gerações de agricultores foram educadas sob um único viés de desenvolvimento rural: o da Revolução Verde. Sendo imputado sobre eles a responsabilidade de um aumento constante e desmedido na produção de alimentos, sob o argumento de aplacar a fome existente no mundo, mesmo que para isso fosse necessário um aumento no desmatamento, utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

Enxerga-se que por trás desse formato de produção, estava os interesses e o compadrio dos donos de empresas que exportavam os alimentos, da indústria de agrotóxico e insumos químicos, dos grupos midiáticos que eram patrocinados por estas empresas, e do governo que fechava os olhos para a degradação ambiental em favor dos benefícios privados.

Além do descaso com o uso indiscriminado dos recursos naturais o modelo de desenvolvimento rural atual não conseguiu resolver o problema da fome, que era o seu principal objetivo, e ainda, agravou a os problemas relacionados a concentração fundiária.

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais (ALTIERI, 2004, p. 19).

Nas terras alagoanas a principal atividade econômica agrícola é a monocultura da cana de açúcar, plantada em grandes extensões de terras, tendo como principal objetivo abastecer o mercado internacional. Esta atividade vem sendo reproduzida em Alagoas desde a época do Brasil colônia onde na atualidade 52 municípios (IBGE 2017) tem o referido cultivo como a principal atividade agrícola. Lira (2007, p. 02) descreve bem esta situação “Por mais de três séculos, o engenho

de açúcar era a única unidade de produção socialmente dominante e economicamente viável que existia em Alagoas. As outras atividades surgiram derivadas das necessidades do engenho”.

No estado de Alagoas, por causa, principalmente, da plantação da monocultura da cana de açúcar, o bioma da Mata Atlântica foi reduzido a 9,7% do seu tamanho original, restando apenas 1.413 km², segundo a reportagem *Resquícios da Mata Atlântica em Alagoas: Belas Imagens*. Além do desmatamento, o sistema de produção que gira em torno do setor sucroenergético, também provocou concentração agrária e de renda, provocando pobreza e subdesenvolvimento nos municípios que tem a monocultura da cana de açúcar como principal atividade econômica.

Assim, o padrão de desenvolvimento adotado partiu da premissa de que o crescimento econômico seria capaz de promover o desenvolvimento humano. Sabemos, hoje, pela experiência de três décadas de aumento vigoroso da riqueza, que esse modelo não se mostrou eficaz no que se propunha, entre outros motivos, porque, oferecendo nível mínimo de desenvolvimento social às sociedades, acarreta dificuldades para se expandirem de forma sustentável (LIRA, 2007, p. 05).

Tal situação pode ser percebida em todos os municípios da zona litorânea alagoana, onde a atividade agrícola ligada a monocultura da cana de açúcar é a principal atividade econômica do município. Com uma situação de subdesenvolvimento social na maioria desses municípios, para a sustentação econômica nestas localidades se faz necessário um complemento por meio de repasses federais, através principalmente de programas de transferências de renda que é distribuído diretamente para as famílias pobres.

Esta estrutura de produção agrícola que ainda vigora nas terras alagoanas exauriu-se, pois não consegue atender as demandas de uma população crescente, mostrou-se insustentável ecologicamente e socioeconômica, pois proporcionou uma situação de concentração agrária com grandes latifúndios, concentração de renda e destruição, ou quase extinção de biomas como a Mata Atlântica.

A partir dos danos causados a natureza a percepção sobre este modelo começou a mudar, e começou-se a pensar na questão ambiental relacionado à agricultura, e repensar o modo de produção de alimentos. Suscitando dessa forma outros modelos de desenvolvimento rural sustentável.

Com isso é necessário repensar o modelo rural em Alagoas, buscando um formato que gire em torno do desenvolvimento rural sustentável, com ações ligadas, principalmente, a agricultura familiar, e um conjunto de práticas que permita a utilização dos recursos naturais e o cultivo de culturas que sejam do próprio bioma. Para Leff (2001, p. 48) “A sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e o futuro para a humanidade”.

Em contraponto ao modelo de desenvolvimento rural que vigora em Alagoas, pode-se estimular a expansão de modelos ligados à agricultura familiar que tenha como pilar de atuação os preceitos da agroecologia. Onde se tem como objetivo a diversificação de culturas produtivas que utilizem o mínimo possível de insumos químicos e agrotóxicos, e que proporcionem a criação de um sistema socioeconômico viável do ponto de vista ambiental e sustentável.

A elevação na produção de alimentos deve ser estimulada pelas amenidades do bioma local, sem que para isso seja necessário agredir o solo ou as reservas de águas. Como em Alagoas pode-se encontrar três biomas bem distintos: Mata Atlântica, Caatinga e Manguezal, deve-se estimular uma grande diversidade na produção de alimentos, com a criação de produtos e serviços que dinamizem a economia local agrícola.

A agroecologia tem sido difundida na América Latina, em outros países e no Brasil, em especial, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. O objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais (ALTIERI, 2004, p. 12).

A partir de então o meio rural pode ressurgir com outras formas de produção, baseado no surgimento de uma consciência crítica sobre o papel da conservação ambiental para a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento social, com a implementação de práticas ecologicamente viáveis, que irão nortear novos modelos de desenvolvimento, e os comportamentos dentro da sociedade.

3.3 Extrativismo

Desde a chegada dos europeus em solo americano o extrativismo foi o primeiro vetor de desenvolvimento por essas terras. Primeiramente eles buscavam metais preciosos como o ouro e a prata, como a princípio não foram descobertos no Brasil, a extração do pau Brasil tornou-se o principal meio econômico desenvolvido para a época, ao mesmo tempo em que se iniciou, de forma descontrolada, o desmatamento e, com o passar do tempo, a quase extinção dos biomas como a Mata Atlântica.

O extrativismo é uma forma rentável e sustentável de extrair os recursos naturais, e em alguns casos transformá-los, para o consumo humano. Ele é considerado a primeira forma de interação do homem (primitivo) com a natureza, sendo uma forma ecologicamente correta. Este formato de produção sempre foi utilizado como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, e pode servir como referência para o desenvolvimento rural em determinadas áreas públicas e privadas.

O padrão de desenvolvimento rural que é imposta a sociedade, principalmente pela mídia, está ligada ao agronegócio, no qual o lucro é o balizador da produção. Percebe-se que tal forma de produção tem se mostrado ineficiente e destrutivo, pois além de destruir os biomas, para a plantação de monocultura em imensas áreas, ele proporciona a concentração agrária e de renda. Leff (2001, p. 49) afirma que [...] a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos naturais não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza.

No modelo de produção extrativista a natureza torna-se o balizador da produção. Como não se pode utilizar insumos químicos e artificiais para potencializar a produção, o extrativismo depende de questões naturais relacionados à terra e o tempo para saber o potencial da produção. Como, também, não impera a produção para o mercado, o extrativismo não se torna atrativo para ser divulgado e até propagada pelos meios de comunicação. “É evidente que se a “sustentabilidade” fosse claramente entendida como “um bom negócio”, esta discussão se veria esvaziada, pois o capital já teria migrado para esse fim” (MARTINS, 2009, p. 295).

Naturalmente para se obter uma boa e elevada produção, pelo formato extrativista, precisa-se de uma grande extensão de terra, entretanto, diferente do agronegócio, deve-se haver, como principal condutor do sistema, a conservação do habitat natural, ou seja do bioma local, para se conseguir a produção.

Do ponto de vista social o modelo de produção extrativista está direcionado para a equidade social, pois, mesmo exigindo uma extensa área de terra para conseguir produzir, esta área é sempre dividida por uma grande quantidade de famílias, que conseguem retirar dos recursos naturais do local, o seu sustento e de sua família, por meio da comercialização de alguns recursos.

Fazendo uma análise sob a ótica ecológica o extrativismo torna-se um modelo que está relacionado ao desenvolvimento sustentável, pois além de promover a conservação do ambiente rural, consegue distribuir terra e trabalho para famílias que antes não tinham, além de proporcionar um crescimento na renda com a comercialização do recurso extraído.

Analisando por outro prisma consegue-se perceber, também, que o modo de produção extrativista rural se contrapõe diretamente ao modelo de consumo exacerbado urbano. Enquanto o extrativismo em sua produção utiliza-se do uso consciente dos recursos naturais, o modelo de vida urbana que é pautado pela produção excessiva de lixo descartável, que em sua maioria absoluta não é reciclada, para alimentar um crescente consumo.

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota, em algum horizonte de tempo, com a exploração econômica, dependendo do ritmo de aproveitamento e dos estoques e reservas dos recursos. E mesmo os recursos renováveis, como as florestas e os recursos hídricos, parte dos quais explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de auto-reprodução, começam também a se esgotar, levando a uma desorganização do meio ambiente (BUARQUE, 2008, p. 60).

Contudo o modelo de produção extrativista não é um modelo popular no meio rural, principalmente nos pequenos e médios proprietários de terras, pois estes não vislumbram os ganhos econômicos rápido que conseguem obter pelo modelo capitalista de produção para o mercado, deixando de lado os ganhos econômico/social/ambiental que são conseguidos com a conservação do ambiente no longo prazo.

Com isso será necessário a atuação governamental por meio de políticas públicas, nas mais diversas regiões, para estimular o extrativismo.

[...] a atividade extrativista precisa ser mais bem apoiada, revista e integrada às ações públicas para um desenvolvimento sustentável, a fim de que, com a incorporação de avanços tecnológicos para infraestrutura (armazéns e maquinário de beneficiamento), processos e produtos (logísticos de distribuição, embalagens, rótulos), a produtividade possa ser alavancada. As inovações sociais e o atendimento a necessidades fundamentais de famílias extrativistas são prementes para a continuidade sociocultural mais qualificada em termos de acesso à educação, saúde e seguridade social por parte destas populações (SILVEIRA, 2010, p. 50).

O extrativismo tem suas peculiaridades, que são genuínas de cada localidade e de cada bioma. Assim o padrão do extrativismo encontrado na região amazônica é diferente da região semiárida com a Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica, levando em conta as questões climáticas e geográficas.

No modelo extrativista encontra-se também outra característica que fortalece o seu modo de produção, que é o associativismo. Como as famílias que vivem do extrativismo dependem exclusivamente da conservação da natureza para continuar vivendo, elas se uniram em uma associação para proteger as áreas contra o desmatamento, ao mesmo tempo em que, também, se aliam para valorizar sua mão de obra, não concorrendo entre si na comercialização do recurso extraído, conseguindo, desta forma, um valor justo pelo recurso.

4. CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO AROEIRA

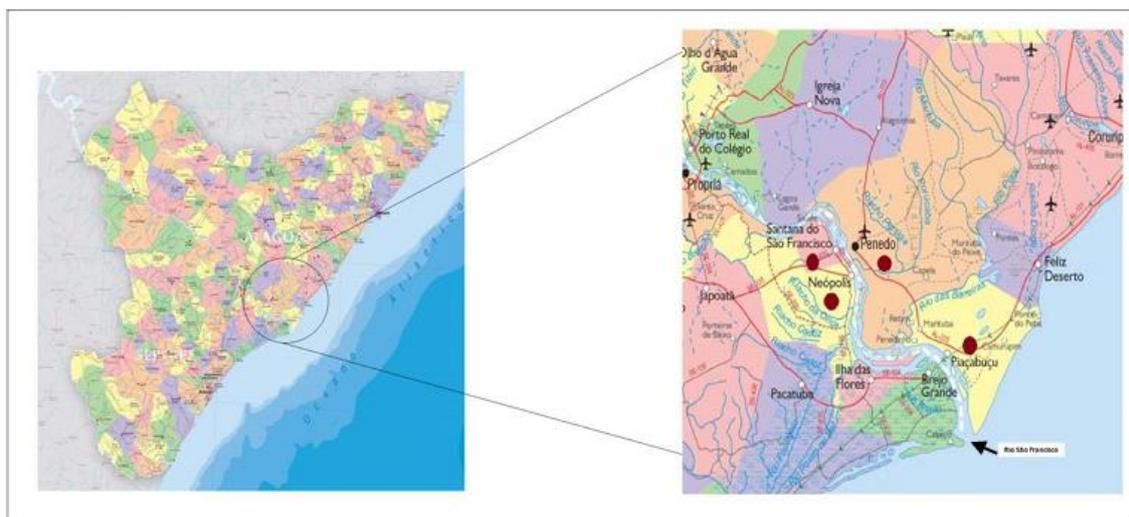
A Associação Aroeira está localizada em Piaçabuçu, município este situado ao Sul do estado de Alagoas na divisa com o estado de Sergipe. Segundo dados do Censo 2010 (IBGE) o município tem uma população de 17.203 habitantes, sendo 10.436 na área urbana e 6.767 na área rural.

Segundo dados do IBGE (2017) o município apresenta um Produto Interno Bruto per capita de R\$ 14.973,06, com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de R\$ 1,7 salários mínimos, sendo que o Índice de Desenvolvimento Municipal de Piaçabuçu está em 0,572.

A base econômica do município, ainda segundo dados do IBGE (2017), tem grande influência dos produtos agropecuários, principalmente das culturas da cana de açúcar, coco da baía e a criação de bovinos. Além disso tem grande importância na economia do município os setores do turismo, da pesca e atividades comerciais.

Desenvolvida através da parceria dos catadores extrativista da pimenta rosa da planta aroeira e o Instituto Ecoengenho, com patrocínio da prefeitura municipal e do governo federal através da Petrobras, A Associação Aroeira surgiu do projeto aroeira, que teve início em 2010 com o cadastro de quase 500 extrativistas de comunidades do baixo São Francisco entre Alagoas e Sergipe.

Figura 1 - Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas.



Fonte: Adaptado do Censo 2010 do IBGE.

O projeto Aroeira visava implementar uma nova forma de produção na localidade, conscientizando os extrativistas para as ações no manejo e na comercialização dos recursos naturais. Esse formato de produção está assentado no modelo de desenvolvimento sustentável, e vai de encontro aos anseios atuais da sociedade, englobando a preocupação com a conservação dos recursos naturais, o crescimento da renda junto com o desenvolvimento social. Leff contribui com a discussão nos mostrando que:

[...] emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais através da descentralização da economia e da diversidade e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e autogerir seus processos de produção (LEFF, 2007, p. 48).

Beneficiando diretamente 93 famílias de extrativistas a Associação Aroeira tem como principal meta de trabalho o beneficiamento da pimenta rosa da planta aroeira. Onde a pimenta colhida na mata é levada para a sede da Associação para passar por uma triagem e um processo de agroindustrialização.

Com os dados coletados notou-se que dentre os associados cerca de 90% é do sexo feminino e somente 10% do sexo masculino. Onde a maior parte dos associados tem somente o Ensino Fundamental incompleto. E com relação a renda das famílias, além da coleta da pimenta rosa, é formada principalmente de atividades ligadas a agricultura familiar e a pesca, com recebimento do benefício de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Seguro Defeso.

O modelo de trabalho por associação, e em especial a Associação Aroeira, explicita o protagonismo que as mulheres extrativistas assumem, principalmente vinculando a independência financeira. Como a Associação Aroeira é composta por cerca de 90% de mulheres, o empoderamento que elas conseguiram, permitindo-lhes romper uma fase de dominação que as mesmas sofriam, dentro de uma sociedade patriarcal, proporcionando-as fazer suas próprias escolhas.

Através da Associação Aroeira, e por meio das orientações fornecidas pelo Instituto Ecoengenh, os extrativistas perceberam que trabalhando em conjunto através de uma associação poderiam valorizar o produto e agregar valor a pimenta rosa através da agroindustrialização, além disso, cada associação poderia comercializar a sua quantidade da pimenta rosa através da associação, como

também criar o seu próprio mercado, possibilitando ao mesmo ficar com todo o lucro obtido com o seu trabalho em vez de deixá-lo com algum atravessador.

O formato por associação proporcionou aos extrativistas que comercializam a pimenta rosa, uma organização capaz de desenvolver um sistema que valoriza a mão de obra do extrativista, a conservação ambiental, o crescimento na renda, e a inclusão social por meio do acesso a bens e serviços que antes não se tinha acesso. O associado encontra na Associação um local onde ele possa comercializar a sua produção e conseguir um valor justo pelo resultado do seu trabalho.

Contudo este empoderamento adquirido por meio da associação precisa transbordar as barreiras da comercialização da pimenta rosa, e ser mais efetivo nas áreas política e social do município e do estado, buscando melhorias na qualidade de serviços como educação, saúde, infraestrutura e segurança.

Por causa do clima quente e da ausência da produção natural em boa parte do ano, torna-se difícil imaginar o extrativismo no nordeste brasileiro, principalmente porque a maior parte das terras localiza-se na região semiárida, e o restante, em sua quase totalidade, pertence à propriedade privada que prioriza a monocultura. Contudo os extrativistas da Associação Aroeira estão demonstrando ser possível utilizar as amenidades da localidade, como é o caso da pimenta rosa, e conseguir melhorar a situação de vida com o incremento na renda proporcionado pela comercialização de um recurso extraído do bioma local.

5. LÓGICA PRODUTIVA E A GESTÃO DOS RECURSO NATURAIS: UM FORMATO DE DESENVOLVIMENTO RURAL IMPLEMENTADA PELA ASSOCIAÇÃO AROEIRA

A lógica produtiva clássica que está relacionada ao pensamento liberal, alicerçada no aumento constante da produção e do consumo, não tem como fundamento a conservação/preservação dos recursos naturais. Este formato se exime das consequências relacionadas à degradação ambiental ou esgotamento dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que defende com naturalidade a concentração dos recursos nas mãos de uma pequena e restrita classe, a pobreza e a ausência de desenvolvimento social para a grande maioria da população.

Em contrapartida a lógica produtiva desenvolvida na Associação Aroeira tem como base principal a gestão do recurso natural, neste caso a pimenta rosa, e a ação racional dos extrativistas em conservar os recursos contidos no ambiente, para dele conseguir tirar o seu sustento. Observa-se que por meio do método do associativismo, que por espontaneidade propaga a distribuição de renda entre os seus participantes, houve a possibilidade do crescimento na renda dos extrativistas, tendo por consequência um avanço no desenvolvimento social.

Figura 2 - Área de extrativismo da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas



Fonte: http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2017/06/projeto-agrega-valor-e-leva-desenvolvimento-para-a-regiao-do-baixo-sao-francisco_34000.php

Tal modelo além de garantir o crescimento econômico por meio de uma produção natural, em contraponto a uma produção artificial, favorece diretamente o

crescimento na renda das famílias, promovendo bem-estar social a um maior número de pessoas, que trabalham de forma autônoma e associada, em vez de estar submetida às ordens de um produtor capitalista. Por meio deste formato sustentável de produção consegue-se garantir as gerações futuras oportunidades de uma interação harmoniosa com os recursos naturais.

O formato da lógica produtiva promovida pela associação foi a principal fomentadora no progresso econômico e social que as famílias dos associados obtiveram nos últimos anos. Com o aumento na renda, muitos associados puderam ter acesso a bens e serviços que antes não era possível adquirir. Alguns associados puderam comprar um terreno e começar a construir sua casa, outros reformaram suas casas, outros ainda puderam ajudar financeiramente seus filhos ou parentes próximos, além de adquirir utensílios domésticos.

O processo de produção da pimenta rosa na Associação Aroeira segue o ciclo natural de produção da planta no meio ambiente, não necessitando da mão de obra do associado em boa parte da produção. Isso acarreta em um espaço de tempo livre para cada associado poder se dedicar a culturas agrícolas tradicionais como: feijão, milho e mandioca, que além de ser utilizada para o consumo próprio, pode ser comercializado no mercado local.

Figura 3 - Unidade de Beneficiamento da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas



Fonte: http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2017/06/projeto-agrega-valor-e-leva-desenvolvimento-para-a-regiao-do-baixo-sao-francisco_34000.php

A lógica do modelo de produção desenvolvido na Associação Aroeira está em consonância com o modelo produtivo que tem como base o ecodesenvolvimento, onde engloba a conservação do ambiente, o desenvolvimento

social e o crescimento econômico com distribuição de renda. Este modelo vem ganhando força na contemporaneidade como alternativa ao modelo clássico de produção, que tem como principal pilar o crescimento econômico.

Observa-se que com um recurso natural, como é o caso da pimenta rosa da planta aroeira, mostra-se que é possível promover o desenvolvimento econômico e social ecologicamente correto, pode-se deduzir as possibilidades que existem diante da imensidão e da diversidade de recursos naturais existentes na Mata Atlântica alagoana, local no qual é possível encontrar outros recursos naturais, que possibilite o surgimento de outros produtos e serviços que tenha como base a lógica produtiva encontrada na Associação Aroeira.

Aliar a ética ambiental ao consumo-consciente, privilegiando o comércio justo poderá resultar em um cenário favorável à adoção de produtos construtores da organização vestimentar do sujeito contemporâneo. [...] Em um mundo onde a massificação domina a cena social, parte-se da acepção do “raro” do “apenas eu possuo”, como instrumento indutor de consumo sustentável. [...] ao se criar estratégias capazes de oferecer qualidade de vida ao sujeito com base no modelo extrativista sustentável, se estará evitando a pressão desordenada aos recursos naturais locais quanto à migração para os centros urbanos (MARTINS, 2009, p. 301).

Desta forma, a partir dos resultados parciais obtidos, verifica-se que a lógica produtiva integrada a uma eficiente gestão dos recursos naturais vem contribuindo com o desenvolvimento da Associação Aroeira, bem como, com o desenvolvimento socioeconômico dos associados.

5.1 Análise do resultado da pesquisa

A partir de uma pesquisa realizada na sede da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas, por meio de uma entrevista com os extrativistas que fazem parte da direção da Associação, pôde-se coletar informações necessárias para a estrutura do trabalho pesquisado.

Observou-se também que antes do Projeto Aroeira os extrativistas trabalhavam de forma desorganizada onde imperava as leis de mercados onde o quilo da pimenta rosa era vendiam a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para os atravessadores que revendiam e ficam com a maior parte do lucro. Com a conscientização de que trabalhando coletivamente todos poderiam ganhar mais, os

extrativistas agroindustrializaram a pimenta rosa e o quilo da pimenta rosa chegou a custar R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), atualmente custa R\$ 80,00 (oitenta reais).

Antes da Associação Aroeira a lógica produtiva adotada pelos extrativistas era guiada pela forma mais primitiva de comercialização, a concorrência, onde cada pessoa coletava individualmente o máximo que podia da pimenta rosa, e depois procurava vender o mais rápido possível. Dessa forma, a pimenta rosa era vendida sem agregação de valor, e o produto era adquirido por atravessadores que ficavam com a maior parte do lucro.

No mercado informal da região os extrativistas que não são associados, tendo como receio o medo de perderem os programas sociais e seguirem as regras da Associação Aroeira, vende a pimenta rosa para atravessadores por R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) o quilo, sendo uma desvantagem econômica imensa para estes extrativistas.

Com a pesquisa constatou-se que a planta Aroeira, obedecendo ao ciclo da natureza, fornece aos extrativistas dois períodos de safra durante um ano, para a colheita da pimenta rosa.

Sobre a questão da produtividade a pesquisa demonstrou que cada extrativista colhe em média de três a seis quilos por árvore, chegando a colher entre 100 e 150 quilos por safra. Como a natureza é a principal organizadora deste processo, a colheita da pimenta rosa não se torna um empecilho para os extrativistas, proporcionando aos mesmos a oportunidade de seguirem com outras atividades rurais como a plantação de outras culturas como o milho e o feijão.

Outro fator importante percebido no desenvolver da pesquisa, foi que além de atender o mercado nacional, uma boa parte da produção também é destinada para o mercado internacional, principalmente países como a França e a Espanha. Esta ação no comércio pode ser analisada pela ótica do *fair trade*, ou comércio justo, onde os países considerados ricos de primeiro mundo buscam adquirir diretamente produtos de comunidades pobres de países subdesenvolvidos.

Foi constatado também no transcorrer da pesquisa que alguns associados que possuem pequenas propriedades estão plantando a pimenta rosa, sem a utilização de insumos químicos, para poder aumentar a quantidade colhida e por consequência vendida, visto que há demanda para o produto. Sendo que diante do

valor que ofertado para o quilo da pimenta rosa torna-se uma estratégia para o aumento da renda desses extrativistas associados.

A Associação Aroeira oferta uma capacitação, fornecida pela direção da associação, para os extrativistas aprenderem a colher os cachos da pimenta rosa que visivelmente estão no ponto de colheita. Deixar os cachos que não estão com a pimenta rosa madura para ser colhido em um outro momento, e, além disso, de deixar na árvore uma quantidade de pimenta rosa madura para alimentar os animais. Há também o treinamento para o manuseio das ferramentas e a forma correta para poda da planta, com o intuito de orientar e conscientizar cada associado da importância da preservação da espécie.

Com relação à renda dos associados, quando termina o período de colheita da pimenta rosa, a Associação Aroeira oferta outros serviços como: preparação de bolos para ser distribuído para a merenda escolar do município, doce de leite para ser comercializado no comércio local, e desidratação de várias frutas para ser entregue sob encomenda de alguns buffet da região. Utiliza-se a infraestrutura da associação para a confecção desses produtos. Tais serviços contribuem para um incremento na renda dos associados em períodos de entre safra.

No espaço físico da sede da Associação Aroeira foi possível ver a utilização de várias tecnologias para o beneficiamento de seus produtos. Desde a estufa, para secar a pimenta rosa; a utilização da energia solar por meio de placas fotovoltaicas; e a utilização de fornos para a desidratação das frutas.

Alguns poucos extrativistas associados, também, utilizam outros recursos naturais da localidade, como o cambuí, o caju e o jenipapo, para comercializá-los no mercado local, mas em uma escala bem menor, pois há uma oferta maior desses produtos e a concorrência é muito forte. Como consequência a renda adquirida por este serviço é bem inferior há adquirida com a pimenta rosa.

Ficou constatado a ausência de uma orientação técnica organizada, seja por parte dos técnicos do Estado pelo Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER, ou do município pela Secretaria Municipal de Agricultura, que possa alicerçar as ações da Associação Aroeira na área comercial da pimenta rosa e dos outros produtos, como também na conservação ambiental.

A noção de associativismo encontrado na Associação Aroeira demonstra uma construção coletiva e consciente do uso do recurso natural, permitindo também

a união no momento de comercializar o produto. Esta união proporciona ganhos financeiros que se reflete no aumento da qualidade de vida dos associados que alimenta essa lógica.

O formato de extrativismo praticado pelos associados consegue mostrar que é possível fazer uso dos recursos naturais com conservação do ambiente em que este fica localizado. Demonstrando desta forma, uma alternativa de desenvolvimento dentro do modelo rural e oportunidades para o segmento da agricultura familiar. Alia-se a lógica do associativismo e do extrativismo implementada na Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas, a geração de emprego e renda na zona rural do município, e consegue-se compreender que é possível caminhar no aperfeiçoamento de sistemas produtivos rumo à ótica da sustentabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo conseguiu demonstrar que o modelo de desenvolvimento implementado pela Associação Aroeira, através da extração natural da pimenta rosa da planta aroeira, vem se tornando uma oportunidade para as famílias associadas conseguirem aumentar sua renda, ao mesmo tempo em que ajuda a fortalecer a economia local, tendo como principal base deste alicerce a conscientização e conservação do recurso natural.

Foi possível perceber que a lógica produtiva adotada pela Associação Aroeira vem buscando um formato de sistema produtivo sustentável, atentando-se para o papel da biodiversidade, proporcionando a conservação da Mata Atlântica, além de oportunizar aos extrativistas a criticidade para uma melhor forma de gerir e aproveitar a potencialidade dos recursos naturais existente na localidade.

A partir dos dados coletados durante a realização da pesquisa com os extrativistas na sede da Associação Aroeira foi possível perceber que os ganhos econômicos conseguidos com a venda da pimenta rosa, estão conseguindo promover mudanças sociais importantes na vida dos extrativistas, ligado ao consumo de bens e serviços que antes eles não tinham acesso. Contudo foi importante perceber a compreensão que os extrativistas adquiriram com relação a necessidade da conservação do recurso natural, e que os ganhos só foram possíveis por este fator.

A conscientização ligada ao tripé: conservação ambiental, equidade social e crescimento econômico, tem que ser aprimorada, levando ao surgimento de práticas que tenha o propósito estruturar as ações políticas e hábitos culturais, que por consequência consiga levar ao desenvolvimento de um padrão ético que possa servir de base para todos os costumes, normas, leis a serem praticados na sociedade.

Entende-se que é de responsabilidade da atual geração criar costumes, hábitos que no seu seio esteja um formato de produção e consumo de mercadorias e serviço sustentável. Abrangendo o ponto de vista ambiental, social e econômico. Sendo que partir desta concepção criar um elo com as gerações futuras sobre uma postura crítica e consciente sobre desenvolvimento sustentável.

O formato extrativista da Associação Aroeira, com a agroindustrialização da pimenta rosa, deve ser utilizado de exemplo como motivo de fomento social e econômico, principalmente para as cidades pobres do semiárido nordestino, onde o nível de pobreza é alto e a capacidade de organização das pessoas se torna limitado.

Contudo torna-se visível a ausência do Estado como o organizador de um modelo de desenvolvimento sustentável, principalmente porque as ações estatais nesta direção vão se contrapor aos interesses do mercado. É quase que imperceptível às ações nos municípios e estados com relação a políticas de conservação/preservação ambiental, ou ações de cunho educacional que possa suscitar o sentimento coletivo em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Estudos sobre a pecuária leiteira em Alagoas**. 2017. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/2af937be-0676-4880-aaef-3bb641c2deb7/download/pecuaria.pdf> acessado em: 21/05/2019.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, Luciano C. B. G. **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal, 2016.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/Acessado> em: 03/05/2019.
- FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu>>. Acesso em: 23/10/ 2018.
- INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira**. Maceió: Ecoengenho, 2011.
- KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- KEYNES, J, M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. Petropólís, Ed. Vozes, 2001.

LESSA, Fábio Lins. **Resquícios da Mata Atlântica em Alagoas: Belas Imagens**. Disponível em: <https://culturaeviagem.wordpress.com/2016/01/08/resquicios-da-mata-atlantica-em-alagoas-belas-imagens/>. Acessado em: 29/04/2018.

LIRA, Fernando José. **Formação da Riqueza e da Pobreza em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MARTINS, A. A. F. A. **Potencialidades e limites do extrativismo para o desenvolvimento sustentável local**. Margens (UFPA) , 2009.

SILVEIRA, J. S. **A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade**. Boletim de Mercado de Trabalho ? Conjuntura e Análise, Brasília, p. 49 - 53, 02 fev. 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. Edição Revista. Brasil: Hemus, 2007.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.